

AUMENTO DOS SALÁRIOS E PENSÕES!

EMERGÊNCIA NACIONAL!

GREVE 17 **março** **MANIFE 18**

EMPRESAS MUNICIPAIS **24H** **Frente Comum** **Sindicatos Administração Pública** **TODOS A LISBOA!** **Administração Pública** **AMOREIRAS (CONCENTRAÇÃO)** **15H** **CGTP** **INTERESSADA SOCIAL**

CONTRA A POLÍTICA DE EMPOBRECIMENTO QUE O GOVERNO PS QUER IMPOR E O BRUTAL AUMENTO DO CUSTO DE VIDA.

PODER DE COMPRA

-12.2%

Entre 2011 e 2021

-5.7%

Entre 2021 e 2022

REPOR PODER DE COMPRA

SIM

EMPOBRECER A TRABALHAR

NÃO

MAIS SALÁRIO JÁ 10% NO MÍNIMO

100€



PARTICIPA

MOBILIZA

MAIS SALÁRIO – JÁ

O “Acordo Histórico” entre governo PS e UGT e as ditas “medidas de valorização salarial” ocorridas em Janeiro não travaram a degradação salarial! A actualização média dos salários de apenas 3,6% para este ano não repõe o poder de compra e agrava o empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública e dos que prestam serviços públicos que, só durante 2022, perderam um mês de salário e desde 2009, perderam, em média, três salários por ano!

O Governo PS, que se diz “de contas certas”, tem de acertar as contas com os trabalhadores:

- **Aumentar os salários no imediato em 10% e num mínimo de 100€ para todos;**
- **Fixar os limites máximos dos preços de bens e serviços essenciais e taxar os lucros “extraordinários” das grandes empresas!**

DIREITO À CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A contratação colectiva é um direito constitucional e um valioso instrumento, para:

- assegurar a actualização dos salários;
- garantir a regulação dos horários e a sua duração máxima diária e semanal;
- o reconhecimento das qualificações e a definição das funções, categorias, enquadramentos e carreiras profissionais;
- a estabilidade dos vínculos contratuais e a proibição dos despedimentos sem justa causa;
- garantir o direito a dias de descanso e a férias pagas, o pagamento do trabalho suplementar, de trabalho nocturno, de trabalho prestado em dia feriado e em dias de descanso e respectiva compensação;
- assegurar o direito à formação profissional, a prevenção dos riscos profissionais, e muitos outros direitos laborais e sociais;
- aplicar o Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco a todos os trabalhadores cujas funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie o aumento de probabilidade de lesão ou o risco agravado.

REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

É necessário pôr termo à política de direita prosseguida pelo PSD/CDS e PS, agora também com a conivência da Iniciativa Liberal e do Chega.

Exigimos o fim da precariedade e a contratação imediata e com direitos; o financiamento adequado dos Serviços Públicos; a reversão do processo de transferência de competências para os municípios; o reforço das Funções Sociais do Estado; a inversão do caminho de promiscuidade entre o sector público e privado.

VALORIZAR OS TRABALHADORES DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Os trabalhadores das empresas municipais cumprem os serviços públicos que as Câmaras Municipais decidiram “empresarializar”! Mas, com excepção dos trabalhadores oriundos da Câmara Municipal que detendo vínculo público se encontram em Cedência de Interesse Público, o vínculo de trabalho com a empresa, (se não for precário!), é um Contrato Individual de Trabalho, sujeito à legislação do Código do Trabalho!

Resultado: para o mal são abrangidos pela legislação pública e, para o mal são abrangidos pela legislação do privado!

Para o bem, os trabalhadores não têm que estar sujeitos à actualização salarial imposta aos trabalhadores da Administração Pública, nem a lei nem o Orçamento do Estado a isso obrigam. As Empresas Municipais podem e devem valorizar os trabalhadores e melhorar as suas condições de trabalho, cumprindo a contratação colectiva de trabalho com a negociação de um Acordo de Empresa.

ESTAMOS EM LUTA A EXIGIR

- **O fim das políticas de empobrecimento que o governo PS continua a manter;**
- **A fixação dos preços dos bens e serviços essenciais, bem como dos custos com a habitação e a taxação dos lucros “extraordinários”;**
- **A valorização do trabalho e pelo reforço dos serviços públicos;**
- **A manutenção na esfera pública dos serviços prestados às populações;**
- **O fim do trabalho precário;**
- **O cumprimento da contratação colectiva.**



SINDICALIZA-TE HOJE!
www.stal.pt/aderir